



**Reunidas S.A.
Transportes Coletivos**

CNPJ 83.054.395/0001-32

Caçador - SC

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas do exercício findo em 31 de
dezembro de 2025**



Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Controladora)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Consolidado)

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS

CNPJ 83.054.395/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria do Grupo Reunidas, doravante Grupo, composto pelas empresas Reunidas S/A Transportes Coletivos, Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A, Real Transporte e Turismo S/A, Reunidas Transportes S/A e Expresso Reunidas S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2025, em conjunto com as respectivas demonstrações financeiras, patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, objetivando divulgar o desempenho do Grupo.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As empresas **Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Real Transporte e Turismo S.A. e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.**, cumpriram todas as obrigações previstas no plano de recuperação judicial no exercício de 2025, onde foi efetuado o pagamento total de R\$ 1.742.868,29 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e nove centavos) para credores, estando incluídos credores da classe I (trabalhistas), classe III (quirografários) e da classe IV (pequenas e micro empresas).



Mesmo com o encerramento do processo de Recuperação Judicial, ainda persistem pagamentos á credores já inscritos no quadro de credores, na ordem de R\$ 12.950.469,74 (Doze milhões, novecentos e cinquenta mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta quatro centavos).

Além dos pagamentos acima mencionados, devidos aos credores que já se encontram inscritos no Quadro de credores, existem processos de habilitação de crédito em trâmite, os quais deverão ser honrados tão logo tenham decisões judiciais transitadas em julgado, não sendo possível mensurar o valor a ser desembolsado.

CENÁRIO E DESEMPENHO

A receita da divisão de transporte rodoviário de passageiros teve um incremento de 2,71 (dois virgula setenta e um por cento) em relação ao ano de 2024, que correspondeu a R\$ 4.334.558,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e oito reais) ficando responsável por 48,80% (quarenta e oito virgula oitenta por cento) da receita total do Grupo.

Por sua vez, a divisão de transporte rodoviário de cargas também apresentou um incremento de receita, no montante de R\$ 3.322.343,00 (três milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e três reais), que implica em um aumento de 1,98% (hum virgula noventa e oito por cento), correspondendo a 51,20% (cinquenta e hum virgula vinte por cento) da receita total do Grupo.

TRIBUTOS

Tributos federais: Mantido os parcelamentos vigentes;

Tributos estaduais: PR: Mantido os parcelamentos vigentes;

RS: Renegociado a dívida, com condições mais benéficas;

SC; Em tramite para a finalização do Negócio Jurídico Processual (NJP), havendo pagamentos, através de depósitos judiciais., fase final para sua assinatura.

SP: Mantido os parcelamentos vigentes.



INVESTIMENTOS / MELHORIAS

Divisão Coletivos:

- Aquisição de 8 (oito) ônibus Double Decker (DD);

Divisão Cargas:

- Aquisição de 18 (dezoito) cavalos mecânicos e 3 (três) camionetes ¾.21 (vinte e um) cavalos mecânicos

O total investido pelo grupo com a aquisição dos veículos supra, perfaz o montante de R\$ 25.086.000,00 (vinte e cinco milhões, oitenta e seis mil reais).

Além dos investimentos em equipamentos, houve as seguintes ações em relação a divisão do transporte rodoviário de cargas:

- Mudança filial Itajaí;
- Abertura da filial de Arujá (SP);
- Ampliação da filial de Porto Alegre;
- Primarização de 90% das rotas de transferências de Cargas;
- Continuidade no processo de terceirização de entrega e coleta de cargas;
- Aprimoramento nos indicadores de gestão;
- Realização de treinamentos, em especial, em relação a cubagem, peso e carregamento;
- Automatização para emissão de documento em relação aos maiores clientes.

DA LOCAÇÃO DE BENS

Foi realizado, nos últimos anos, a locação dos bens, localizados nos seguintes Municípios:

- Chapecó – SC;



- São Paulo – SP;
- São José – SC;
- Passo Fundo – RS;
- Tubarão – SC;
- Uruguaiana – RS;

PERSPECTIVAS

Para o ano de 2.026, o objetivo traçado pela administração do Grupo Reunidas consiste em:

- Expansão da área de atuação da divisão de transporte rodoviário de cargas;
- Exploração de novos mercados no transporte interestadual de passageiros;
- Expansão na atuação de transporte de encomendas no triângulo mineiro;
- Continuidade na busca de redução de custos em todas as empresas do grupo;
- Otimização e padronização de processos;
- Aquisição de veículos para melhor desempenho de suas atividades para a redução de custo de manutenção e redução na idade média de frota, visando se adequar ao mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes 75 (setenta e cinco) anos de existência da Reunidas, sempre contamos com o apoio e união de esforços de nossos colaboradores, clientes, acionistas, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais e a comunidade. Em 2026 daremos continuidade aos esforços para que as empresas do Grupo atinjam seus objetivos.

Caçador – SC, 31 de março de 2.026.

Vinicius Marins
Diretor Presidente

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Diretores e Acionistas da
Reunidas S.A. Transportes Coletivos
Caçador - SC

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Recuperabilidade de Ativos (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota explicativa “11”, a Controladora possui créditos de R\$ 28.611 Mil, relativos aos adiantamentos concedidos à companhia do Grupo Real Transporte e Turismo S.A., sobre o qual temos dúvidas quanto a efetiva realização.

Incorreções não corrigidas nos investimentos

Elencamos abaixo os assuntos que foram base para a opinião com ressalva nas investidas Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. e Reunidas Transportes S.A. (Investidas), os quais se tivessem sido corrigidos ocasionariam impacto nos investimentos:

a) Recuperabilidade de Ativos (Cargas)

Em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota explicativa “11” e “12”, a Companhia possui créditos de R\$ 118.056 Mil, relativos aos adiantamentos concedidos às companhias do Grupo Real Transporte e Turismo S.A., Reunidas S.A. Transportes Coletivos e Reunidas Transportes S.A., sobre os quais temos dúvidas quanto a efetiva realização.

b) Recuperabilidade de Ativos (Turismo)

Em 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota explicativa “11”, a Companhia possui o crédito de R\$ 19.733 Mil, relativo ao adiantamento concedido à companhia do Grupo Real Transporte e Turismo S.A., sobre os quais temos dúvidas quanto a efetiva realização.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza Relevante (Controladora e Consolidado)

Sem ressalvar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2025, passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 315.973 Mil (R\$ 1.025.668 Mil, no Consolidado) em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 44.383 Mil (R\$ 59.260 Mil, no Consolidado), gerando passivos superiores em R\$ 271.590 Mil (R\$ 966.408 Mil, no Consolidado), bem como Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado de R\$ 121.238 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



MÜLLER & PREI

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de abril de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/SC
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S/SC



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

Caçador - SC

Balanço patrimonial

Ativo

	Nota	Em milhares de Reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		6.798	7.289	43.132	38.323
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.099	1.599	5.719	5.284
Contas a receber de clientes	6	3.369	3.739	21.508	17.473
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	7	611	544	4.007	5.829
Tributos a recuperar	8	46	56	6.714	2.367
Estoques	9	408	564	4.431	5.358
Outros direitos realizáveis		265	787	753	2.012
Não circulante		187.937	265.322	861.298	841.710
Direitos realizáveis		37.585	42.131	16.128	16.672
Cauções e depósitos	10	4.190	4.523	11.323	10.000
Recebíveis - Venda imóveis		4.784	6.667	4.784	6.667
Outros direitos realizáveis		0	0	21	5
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	11	28.611	30.941	0	0
Investimentos	11	50.823	121.139	537.682	533.979
Imobilizado	12	99.451	101.974	307.381	290.952
Intangível		78	78	107	107
Total do ativo		194.735	272.611	904.430	880.033

Passivo e patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)

	Nota	Em milhares de reais			
		Controladora		Consolidado	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		202.129	164.625	503.859	399.588
Fornecedores	13	5.341	2.779	27.873	22.226
Instituições financeiras	14	1.151	1.059	22.475	13.752
Obrigações sociais e trabalhistas	15	7.077	4.757	26.462	16.797
Obrigações fiscais e tributárias	16	11.147	6.763	37.759	63.021
Férias e encargos a pagar		2.254	2.220	8.685	8.239
Adiantamentos de clientes		1	190	877	579
Parcelamentos de tributos	17	162.404	133.026	330.662	209.228
Valores arrecadados de terceiros		0	0	456	239
Obrigações vinculadas a recuperação judicial		10.093	12.116	12.951	14.438
Arrendamento mercantil		0	0	15.249	35.383
Outras obrigações		2.661	1.715	20.410	15.686
Não circulante		113.844	121.967	521.809	494.426
Instituições financeiras	14	3.310	1.333	30.377	15.269
Arrendamento mercantil		0	0	25.213	0
Partes relacionadas	18	1.559	4.807	0	0
Parcelamentos de tributos	17	74.905	82.115	253.554	266.218
Provisão para contingências	19	15.670	21.667	34.141	38.951
Valores arrecadados de terceiros		0	0	344	449
IR e CS passivo diferidos	20	18.400	12.045	178.180	173.539
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)	21	(121.238)	(13.981)	(121.238)	(13.981)
Capital social		46.750	46.750	46.750	46.750
Reservas de reavaliação		1.662	1.662	1.662	1.662
Ajustes de avaliação patrimonial		5.137	6.723	5.137	6.723
Prejuízos acumulados		(174.787)	(69.116)	(174.787)	(69.116)
Total do passivo e do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)		194.735	272.611	904.430	880.033

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

Caçador - SC

Demonstração do resultado

	Nota	Em milhares de reais			
		Controladora		Consolidado	
		Períodos		Períodos	
		01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Receita operacional líquida	22	44.268	43.107	262.630	259.168
Custos		(25.924)	(28.962)	(237.968)	(234.709)
Resultado bruto		18.344	14.145	24.662	24.459
(Despesas)/receitas operacionais		(65.834)	11.517	(8.447)	(15.590)
Despesas gerais e administrativas		(13.567)	(19.863)	(32.701)	(38.059)
Despesas c/ vendas		(9.657)	(7.430)	(29.128)	(27.208)
Resultado da avaliação de investimentos	11	(68.478)	14.815	0	0
Outros ganhos/(perdas) líquidos	23	25.868	23.995	53.382	49.677
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(47.490)	25.662	16.215	8.869
Receitas financeiras	24	364	19.309	2.702	80.809
Despesas financeiras	24	(28.019)	(19.880)	(87.718)	(64.321)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(75.145)	25.091	(68.801)	25.357
IR e CS correntes		(3.856)	0	(6.409)	0
IR e CS diferidos	20	(6.355)	463	(10.146)	197
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(85.356)	25.554	(85.356)	25.554

Demonstração do resultado abrangente

		Em milhares de reais			
		Controladora		Consolidado	
		Períodos		Períodos	
		01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(85.356)	25.554	(85.356)	25.554
Movimentação do exercício		0	0	0	0
Resultado abrangente do exercício		(85.356)	25.554	(85.356)	25.554

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

Caçador - SC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido/(Passivo a descoberto) - Controladora

Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2024	46.750	1.662	8.421	(88.918)	(32.085)
Lucro líquido do exercício				25.554	25.554
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)				(7.450)	(7.450)
Realização do custo atribuído imobilizado			(1.698)	1.698	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	46.750	1.662	6.723	(69.116)	(13.981)
Prejuízo do exercício				(85.356)	(85.356)
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)			854	(22.755)	(21.901)
Realização do custo atribuído imobilizado			(2.440)	2.440	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	46.750	1.662	5.137	(174.787)	(121.238)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

Caçador - SC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) - Consolidado

Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Totais
			Controladora	Controladas		
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2024	46.750	1.662	3.034	5.387	(88.918)	(32.085)
Lucro líquido do exercício					25.554	25.554
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)					(7.450)	(7.450)
Realização do custo atribuído imobilizado			(1.079)	(619)	1.698	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	46.750	1.662	1.955	4.768	(69.116)	(13.981)
Prejuízo do exercício					(85.356)	(85.356)
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)				854	(22.755)	(21.901)
Realização do custo atribuído imobilizado			(1.541)	(899)	2.440	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	46.750	1.662	414	4.723	(174.787)	(121.238)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

Caçador - SC

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

	Controladora		Consolidado	
	Em milhares de reais		Em milhares de reais	
	Períodos		Períodos	
	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do IR e da CS	(75.145)	25.091	(68.801)	25.357
Ajustado por:				
Alienação do imobilizado	2.161	3.446	15.005	7.004
Alienação de investimentos	0	6.003	8.588	38.806
Ajustes ao valor justo - Propriedades para investimentos	(17.655)	(274)	(29.155)	(29.666)
Depreciação/Amortização	442	475	16.148	12.695
Resultado da avaliação de investimentos	68.478	(14.815)	0	0
Férias e encargos a pagar	34	(11)	446	(19)
Provisões para contingências	(5.997)	4.050	(4.810)	5.926
Atualizações de direitos/obrigações	22.449	17.171	63.224	52.829
Resultado ajustado	(5.233)	41.136	645	112.932
IR e CS pagos	(3.856)	0	(6.409)	0
(Aumento)/redução dos Ativos:				
Contas a receber de clientes	370	(2.668)	(4.035)	(341)
Recebíveis - Venda imóveis	1.883	(6.667)	1.883	(6.667)
Tributos a recuperar	10	148	(4.347)	1.144
Estoques	156	187	927	552
Aplicações de liquidez não imediata	0	0	0	46
Outros direitos realizáveis	522	(462)	1.243	(753)
Aumento/(redução) dos passivos:				
Fornecedores	2.562	(2.861)	5.647	32
Obrigações sociais e trabalhistas	2.320	321	9.665	1.119
Obrigações fiscais e tributárias	4.384	(3.494)	(30.767)	(73.049)
Parcelamentos de tributos	(281)	(16.211)	50.025	(11.881)
Valores arrecadados de terceiros	0	0	112	(903)
Obrigações vinculadas a recuperação judicial	(2.023)	(81)	(1.487)	(284)
Outras obrigações	946	318	4.724	16.661
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.760	9.666	27.826	38.608
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações no imobilizado	(80)	(43)	(42.503)	(40.811)
Aquisição de investimentos	(2.407)	(6.208)	(5.037)	(13.716)
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	(67)	(37)	1.822	809
Adiantamento para futuro aumento de capital - Ativo	2.330	(2.932)	0	0
Cauções e depósitos	333	4.706	(1.323)	4.912
Partes relacionadas - Ativo	4.239	(6.444)	0	0
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimento	4.348	(10.958)	(47.041)	(48.806)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Instituições financeiras - Captações e pagamentos	2.068	583	19.352	9.580
Adiantamentos de clientes	(189)	150	298	442
Partes relacionadas - Passivo	(7.487)	607	0	0
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(5.608)	1.340	19.650	10.022
Aumento líquido/(diminuição) de caixa de equivalentes de caixa	500	48	435	(176)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.599	1.551	5.284	5.460
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.099	1.599	5.719	5.284

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Reunidas S.A. Transportes Coletivos

CNPJ 83.054.395/0001-32

Caçador - SC

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Informações gerais

Controladora:

Reunidas S.A. Transportes Coletivos é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 16/11/1950 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230001427-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.054.395/0001-32, com sede na cidade de Caçador - SC, Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, 555, CEP 89.500-000. A Companhia tem por objetivo: a exploração de serviço de transporte coletivo rodoviário de passageiros, mediante concessão dos poderes competentes; o transporte rodoviário de cargas e encomendas; o transporte de malas postais; a prestação de transporte turístico de superfície previsto na legislação em vigor, demais serviços atinentes a estes ramos, e outros ramos que lhe convier.

Controladas:

Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A., iniciou suas atividades em 01 de abril de 1978 e tem por objeto: A prestação de serviço profissional de distribuição, consolidação, desconsolidação, repartição, movimentação e tráfego rodoviário de bens, mercadorias, materiais e valores, confecções em geral, auto peças, medicamentos (correlatos e controlados), insumos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e correlatos, moveis residenciais, móveis comerciais novos e acessórios, produtos e materiais gráficos e de papelaria, ferramentas e ferragens, produtos de informática, calçados e similares, revistas, jornais e livros, malotes e envelopes, produtos e substâncias alimentares, produtos de saneamento, produtos para a saúde, produtos agrícolas, implementos e componentes agrícolas, produtos e substâncias químicas industriais, produtos de uso doméstico, máquinas e equipamentos, cigarros, produtos automotivos, produtos eletrônicos, condutos elétricos e acessórios, pneus e acessórios, embalagens plásticas e de papel, acessórios em geral, eletrodomésticos, ferro e perfil de alumínio, portas e madeiras, bobinas de plástico e papel, laminados e acessórios, tapetes residenciais, TNT em rolos, divisórios comerciais, produtos plásticos (PVC), para-brisas e vidros similares, materiais de construção, bebidas em geral, em veículos automotores, através de operações da matriz, filiais e ou de seus estabelecimentos, agências ou representações; a exploração de outros ramos afins, a locação de bens móveis e imóveis; participação no capital de outras companhias como quotista ou acionista, mesmo que, de outros setores econômicos mediante aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

Real Transporte e Turismo S.A., iniciou suas atividades em 26 de janeiro de 1970, e tem por objeto social o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto regiões metropolitanas.



Expresso Reunidas S.A., iniciou suas atividades em 02 de outubro de 1979 e tem por objeto varejista de combustíveis para veículos automotores. A Companhia não auferiu receitas operacionais decorrentes de sua atividade nos anos-calendário de 2022 e 2023.

Reunidas Transportes S.A., iniciou suas atividades em 26 de outubro de 2.000 e tem por objeto: (a) Agências de viagens; (b) Operadores Turísticos; (c) Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificado anteriormente; (d) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; (e) Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos; e (g) Transporte rodoviário de mudanças, com o mesmo ou outro objeto social, na qualidade de sócia quotista ou acionista.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 17 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subseqüente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Recuperação Judicial

Em 02 de maio de 2016, as companhias do Grupo **Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Real Transporte e Turismo S.A. e Reunidas Transportadora de Cargas S.A.**, ajuizaram pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação das companhias através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a conseqüente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, o qual foi aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Encerramento Recuperação Judicial

Em 27 de setembro de 2023, foi decretado o encerramento da recuperação judicial da companhia controladora Reunidas S.A. Transportes Coletivos, e as companhias do grupo econômico Reunidas Transportadora de Cargas S.A. e Real Transporte e Turismo S.A., nos termos do artigo 63, da Lei nº 11.101/05, tendo sido certificado o trânsito em julgado da referida decisão no dia 13/11/2023.



Reestruturação

As Companhias vêm desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização das companhias com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação das companhias, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros;
- Otimização e reavaliação de linhas deficitárias;
- Desmobilização de ativos; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

Em junho de 2023, foi firmada transação tributária individual com objetivo de equacionamento de inscrições em Dívida Ativa da União constituídos em face das empresas do Grupo Reunidas, de forma a equilibrar os interesses das partes, com o encerramento de litígios judiciais e administrativos e a quitação dos débitos. Os pagamentos das parcelas se iniciaram em 2023 e o grupo terá “balões” para pagamento nas respectivas parcelas nº 12, 24, 36, 48 e a partir da 60, o grupo está realizando estudos com o intuito de vender imóveis para honrar com esses “balões”.

Em abril de 2024, foi firmado parcelamento junto ao Estado de São Paulo com objetivo de regularizar as inscrições em Dívida Ativa constituídas em face das Companhias do Grupo Reunidas. Os pagamentos das 120 parcelas se iniciaram em 2024 e são lineares tendo como garantia imóveis alienados fiduciariamente. Foi reconhecido no grupo de receitas e despesas financeiras o ganho vinculado ao estorno de multas fiscais.

Nota 2. Resumo das principais políticas contábeis

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

2.1.1 Demonstrações financeiras individuais e consolidado

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.



A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.1.2 Demonstrações financeiras controladora X consolidado

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Reunidas S.A. Transportes Coletivos e suas controladas diretas e indiretas apresentadas abaixo:

Controlada	% de Participação	
	2025	2024
Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.	100%	100%
Expresso Reunidas S.A.	100%	100%
Real Transportes e Turismo S.A.	100%	100%
Reunidas Transportes S.A.	50%	50%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as Companhias incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas Companhias controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Companhias incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas Companhias incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta de “Encargos Financeiros Líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa, nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sob essa classificação.

c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contas a receber de clientes, nessa classificação.

d) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores e instituições financeiras.



2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*.

A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.



O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição e/ou ajustados pelo método de equivalência patrimonial quanto às participações em Sociedades controlada e/ou submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

Os imóveis destinados a valorização de capital e/ou locação são classificados como Propriedades para Investimentos, sendo mensuradas e avaliadas pelo valor justo, conforme laudos de avaliadores independentes.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.



Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.11 Empréstimos e financiamentos (Instituições financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



2.12 Partes relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.14 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e contribuição social diferido são apresentados líquidos. As Companhias do grupo são tributadas com base no lucro real.

2.16 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.17 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma trouxe impacto significativo, sendo realizados os ajustes contábeis necessários.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Nota 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de risco financeiro

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.



Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de riscos financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.



Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2024	de 2025	de 2024
Caixa e bancos	2.099	1.599	5.719	5.284
	<u>2.099</u>	<u>1.599</u>	<u>5.719</u>	<u>5.284</u>

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
	de 2025	de 2024	de 2025	de 2024
Duplicatas a receber - Clientes	4.671	3.501	22.264	18.255
Cartões de crédito	709	36	1.405	329
Outras contas a receber	8	562	1.476	598
Provisão para Perdas (a)	(2.019)	(360)	(3.637)	(1.709)
	<u>3.369</u>	<u>3.739</u>	<u>21.508</u>	<u>17.473</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento:

Controladora

Período	Títulos a vencer em		Total
	31/dez./25	31/dez./25	
1 a 30 dias	906	153	1.059
31 a 60 dias	152	139	291
61 a 90 dias	152	139	291
91 a 120 dias	152	139	291
121 a 180 dias	283	283	566
181 a 360 dias	871	836	1707
Mais de 361 dias	0	1.183	1.183
Total	2.516	2.872	5.388

Período	Títulos a vencer em		Total
	31/dez./24	31/dez./24	
1 a 30 dias	786	270	1.056
31 a 60 dias	178	159	337
61 a 90 dias	179	522	701
91 a 120 dias	180	20	200
121 a 180 dias	329	124	453
181 a 360 dias	992	10	1.002
Mais de 361 dias	0	350	350
Total	2.644	1.455	4.099



Consolidado

Período	Títulos a vencer em 31/dez./25	Títulos vencidos em 31/dez./25	Total
1 a 30 dias	8.841	7.674	16.515
31 a 60 dias	314	1.480	1.794
61 a 90 dias	209	323	532
91 a 120 dias	198	505	703
121 a 180 dias	371	318	689
181 a 360 dias	1.016	1.142	2.158
Mais de 361 dias	243	2.511	2.754
Total	11.192	13.953	25.145

Período	Títulos a vencer em 31/dez./24	Títulos vencidos em 31/dez./24	Total
1 a 30 dias	6.872	6.468	13.340
31 a 60 dias	244	895	1.139
61 a 90 dias	227	641	868
91 a 120 dias	203	194	397
121 a 180 dias	351	316	667
181 a 360 dias	1.010	626	1.636
Mais de 361 dias	24	1.111	1.135
Total	8.931	10.251	19.182

A movimentação da provisão para perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está assim representada:

Controladora

Saldo no inicial em 01 janeiro de 2024	(352)
Adições	(8)
Saldo final em 31 dezembro de 2024	(360)
Adições	(1.659)
Saldo final em 31 dezembro de 2025	(2.019)

Consolidado

Saldo no inicial em 01 janeiro de 2024	(1.044)
Adições	(665)
Saldo final em 31 dezembro de 2024	(1.709)
Adições	(1.928)
Saldo final em 31 dezembro de 2025	(3.637)

a) Provisão constituída conforme a nota explicativa “2.4”.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

Nota 7. Adiantamentos aos funcionários e fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Adiantamentos a fornecedores	466	372	3.263	4.889
Adiantamentos a funcionários	145	172	744	940
	<u>611</u>	<u>544</u>	<u>4.007</u>	<u>5.829</u>

Nota 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
IRRF S/ serviços e mútuos	45	56	390	441
IRPJ	0	0	133	133
INSS a recuperar	0	0	0	0
ICMS s/ ativo imobilizado	0	0	6.132	1.779
ICMS a recuperar	1	0	1	0
Outros impostos a recuperar	0	0	58	11
	<u>46</u>	<u>56</u>	<u>6.714</u>	<u>2.367</u>

Nota 9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Peças e acessórios	230	284	4.185	4.768
Combustíveis e lubrificantes	12	15	873	822
Pneus e câmaras	6	22	266	321
Material de consumo	0	0	79	77
Estoque diversos	378	466	1.027	1.336
(-) Provisão para perdas	(218)	(223)	(1.999)	(1.966)
	<u>408</u>	<u>564</u>	<u>4.431</u>	<u>5.358</u>

Nota 10. Cauções e depósitos

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Causas trabalhistas	167	207	322	697
Justiça federal	4.023	4.316	9.402	7.717
Bloqueio judicial	0	0	1.599	1.586
	<u>4.190</u>	<u>4.523</u>	<u>11.323</u>	<u>10.000</u>



Nota 11. Investimentos e adiantamentos para futuro aumento de capital

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Investimentos em Companhias controladas	27.058	117.436	0	0
Propriedades para investimento	23.668	3.683	535.649	533.899
Outros investimentos	97	20	2.033	80
	<u>50.823</u>	<u>121.139</u>	<u>537.682</u>	<u>533.979</u>

Propriedade p/ investimentos

Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC TG 28 – Propriedades para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A composição dos saldos está assim demonstrada:

Controladora	Prédios e benfeitorias	Terrenos	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro 2024	3.194	0	3.194
Baixas	(659)	(5.334)	(5.993)
Adições	857	5.351	6.208
Ajuste ao valor justo, líquido	274	0	274
Saldo final em 31 de dezembro 2024	3.666	17	3.683
Adições	0	2.330	2.330
Ajuste ao valor justo, líquido	0	17.655	17.655
Saldo final em 31 de dezembro 2025	3.666	20.002	23.668

Consolidado	Prédios e Benfeitorias	Terrenos	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro 2024	16.022	520.704	536.726
Baixas	(4.878)	(41.331)	(46.209)
Adições	876	12.840	13.716
Ajuste ao valor justo, líquido	420	29.246	29.666
Saldo final em 31 de dezembro 2024	12.440	521.459	533.899
Baixas	(12)	(30.477)	(30.489)
Adições	0	3.084	3.084
Ajuste ao valor justo, líquido	616	28.539	29.155
Saldo final em 31 de dezembro 2025	13.044	522.605	535.649



Outros investimentos

Os outros investimentos se referem a participações incentivadas e participações em companhias não controladas, avaliadas ao custo.

	Reunidas Transp. Rodov. de Cargas	Reunidas Ind. e Comércio	Reunidas Turismo	Totais
Nº Ações do Capital	27.800.000	850.000	450.000	29.100.000
Valor do patrimônio líquido ajustado	122.801	(1.144)	(8.440)	113.217
Resultado do exercício	21.972	(11)	(14.293)	7.668
Informações sobre os investimentos na Companhia				
- Percentual de participação	100%	100%	50%	
- Nº de ações possuídas	27.800.000	850.000	225.000	28.875.000
Valores contábeis do Investimento				
Saldo no início do exercício	122.800	(1.144)	(4.220)	117.436
Resultado na avaliação patrimonial	(66.902)	(5)	(1.571)	(68.478)
Movimento patrimonial reflexo dos investimentos	(21.900)	0	0	(21.900)
Saldo no final do exercício	33.998	(1.149)	(5.791)	27.058

Adiantamentos para futuro aumento de capital na Controladora:

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Ativo não circulante		
Real Transportes e Turismo S.A.	28.611	30.941
	28.611	30.941

Nota 12. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Controladora	Taxa Dep. (%)	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31 de Dezembro de 2025 Valor residual	31 de Dezembro de 2024 Valor residual
Terrenos	0%	86.940	0	86.940	86.940
Edificações	5%	8.780	(1.732)	7.048	7.270
Móveis e Utensílios	10%	194	(48)	146	126
Máquinas e Equipamentos	10%	162	(43)	119	117
Veículos	20%	29.825	(24.630)	5.195	7.491
Equip. de Informática	0%	1.031	(1.028)	3	30
		126.932	(27.481)	99.451	101.974



				31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Consolidado	Taxa Dep. (%)	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0%	150.282	0	150.282	150.281
Edificações	5%	30.248	(6.841)	23.407	24.643
Móveis e utensílios	10%	574	(111)	463	316
Máquinas e equipamentos	10%	785	(196)	589	510
Software	20%	106	(105)	1	1
Veículos	20%	147.960	(62.787)	85.173	72.684
Equip. de informática	0%	1.371	(1.202)	169	226
Arrendamento de uso	20%	69.231	(27.912)	41.319	35.858
Benfeitorias	20%	278	(143)	135	112
Bens em andamento	0%	5.843	0	5.843	6.321
		<u>406.678</u>	<u>(99.297)</u>	<u>307.381</u>	<u>290.952</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

Controladora	01 de Janeiro de 2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	31 de Dezembro de 2025
Terrenos	86.940	0	0	0	86.940
Edificações	7.270	0	0	(222)	7.048
Móveis e Utensílios	126	37	0	(17)	146
Máquinas e Equipamentos	117	23	(6)	(15)	119
Veículos	7.491	0	(2.147)	(149)	5.195
Equip. de Informática	30	20	(8)	(39)	3
	<u>101.974</u>	<u>80</u>	<u>(2.161)</u>	<u>(442)</u>	<u>99.451</u>

Consolidado	01 de Janeiro de 2025	Aquisições	Baixas	Depreciação	31 de Dezembro de 2025
Terrenos	150.281	1	0	0	150.282
Edificações	24.643	68	0	(1.304)	23.407
Móveis e utensílios	316	207	(16)	(44)	463
Máquinas e equipamentos	510	160	(11)	(70)	589
Software	1	0	0	0	1
Veículos	72.684	29.273	(12.713)	(4.071)	85.173
Equip. de informática	226	50	(3)	(104)	169
Arrendamento de uso	35.858	15.969	0	(10.508)	41.319
Benfeitorias	112	70	0	(47)	135
Bens em andamento	6.321	1.784	(2.262)	0	5.843
	<u>290.952</u>	<u>47.582</u>	<u>(15.005)</u>	<u>(16.148)</u>	<u>307.381</u>



Nota 13. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo, conforme composição apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Fornecedores	5.341	2.779	27.873	22.226
	<u>5.341</u>	<u>2.779</u>	<u>27.873</u>	<u>22.226</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de fornecedores, registrados no Passivo Circulante, por idade de vencimento:

Controladora			
Período	Títulos a Vencer em 31/dez./25	Títulos Vencidos em 31/dez./25	Total
1 a 30 dias	710	128	838
31 a 60 dias	174	103	277
61 a 90 dias	78	19	97
91 a 120 dias	97	75	172
121 a 180 dias	183	241	424
181 a 360 dias	504	442	946
Mais de 361 dias	661	1.926	2.587
Total	2.407	2.934	5.341

Consolidado			
Período	Títulos a Vencer em 31/dez./25	Títulos Vencidos em 31/dez./25	Total
1 a 30 dias	6.723	7.028	13.751
31 a 60 dias	1.781	373	2.154
61 a 90 dias	865	93	958
91 a 120 dias	427	127	554
121 a 180 dias	482	691	1.173
181 a 360 dias	2.232	730	2.962
Mais de 361 dias	774	5.547	6.321
Total	13.284	14.589	27.873

Nota 14. Instituições financeiras

	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024	Ref.
	Circulante	Não circulante	Total	
Instituição financeira - Controladora				
Caruana S.A. Sociedade de Credito	404	0	1.042	A
Credcomin	747	3.310	1.344	B
Banco Sofisa	0	0	6	N/A
	<u>1.151</u>	<u>3.310</u>	<u>2.392</u>	



As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	Último Vencimento		
A	Capital de Giro	Alien. Fiduciária Bens, Títulos e imóveis	22/mai./26		
B	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	22/ago./29		
			31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	
			Não		
<u>Sociedade</u>	<u>Instituição financeira - Consolidado</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Ref.</u>
Coletivos	Caruana S.A. Sociedade de Credito	404	0	1.042	A
Coletivos	Credcomin	747	3.310	1.344	B
Cargas	Banco Sofisa	3.830	1.190	5.849	C
Turismo	Banco Sofisa	2.657	5.075	3.225	D
Turismo	Caruana S.A. Sociedade De Credito	6.662	5.071	10.311	E
Turismo	Caruana S.A. Sociedade De Credito	4.769	12.939	7.250	F
Turismo	Credcomin	550	2.792	0	G
Turismo	Gol Securitizadora	2.856	0	0	H
		<u>22.475</u>	<u>30.377</u>	<u>29.021</u>	

* As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos variam de 7,20% a 22,20% a.a.

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	Último vencimento
A	Fin. imobilizado	Alienação Fiduciária	mai./26
B	Giro garantido convênio	Alienação Fiduciária	ago./29
C	Capital de giro	Alienação fiduciária de bens e títulos	ago./26
D	Capital de Giro	Duplicatas	dez./28
E	Capital de Giro	Duplicatas	nov./29
F	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	set./28
G	CCB - Veículos pesados	Alienação Fiduciária	mai./30
H	Cessão de direitos creditórios	Alienação Fiduciária	n/a

Nota 15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Salários e ordenados a pagar	647	925	3.137	4.192
INSS a recolher	3.328	1.257	12.916	4.185
FGTS a recolher	2.100	1.573	8.110	6.420
Contribuição sindical a recolher	929	977	1.995	1.796
Outras obrigações sociais	73	25	304	204
	<u>7.077</u>	<u>4.757</u>	<u>26.462</u>	<u>16.797</u>



Nota 16. Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
PIS a recolher	276	95	1.420	504
COFINS a recolher	1.277	471	6.483	2.359
ICMS a pagar	1.363	532	16.248	50.109
Retenções e demais tributos	3.150	5.665	5.103	10.049
IRPJ a recolher	3.699	0	6.179	0
CSLL a recolher	1.382	0	2.326	0
	<u>11.147</u>	<u>6.763</u>	<u>37.759</u>	<u>63.021</u>

Nota 17. Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Passivo circulante				
Parcelamentos ICMS	97.800	80.554	210.262	124.819
Parcelamentos FGTS	1.121	1.078	2.783	2.590
Parcelamentos PIS/COFINS	0	549	0	3.781
Parcelamentos IRRF	0	334	0	876
Parcelamentos INSS	0	1.238	0	6.372
REFIS Lei nº 12.996/14	0	0	0	9.799
Parcelamentos IRPJ	0	285	0	285
Parcelamentos CSLL	0	103	0	103
Parcelamentos DETER	5.248	5.248	5.598	5.597
Parcelamentos Federal Especial	47.173	33.662	93.480	37.583
Parcelamentos Agergs	84	89	1.308	1.169
Parcelamentos IOF	0	65	0	790
Parcelamentos ANTT	10.978	9.821	17.231	15.464
	<u>162.404</u>	<u>133.026</u>	<u>330.662</u>	<u>209.228</u>
Passivo não circulante				
Parcelamentos ICMS	13.474	21.491	67.317	86.198
Parcelamentos INSS	0	3.844	0	18.804
Parcelamentos FGTS	374	819	719	2.245
Parcelamentos PIS/COFINS	0	1.750	0	11.479
Parcelamentos IRRF	0	987	0	2.551
Parcelamentos IOF	0	211	0	2.299
Parcelamentos IRPJ	0	594	0	595
Parcelamentos CSLL	0	214	0	214
Parcelamentos Federal Especial	61.057	52.205	185.518	141.833
	<u>74.905</u>	<u>82.115</u>	<u>253.554</u>	<u>266.218</u>
Total do passivo circulante e não circulante	<u>237.309</u>	<u>215.141</u>	<u>584.216</u>	<u>475.446</u>



Transação Tributária Individual

Em 30 de junho de 2023 a Companhia firmou o termo de transação individual, com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, na Lei nº 13.988 de 14 de abril de 2020. As parcelas iniciaram em 2023 e possuem “balões” para pagamento a cada 12 parcelas.

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros, multas, créditos de prejuízos fiscais e base negativa foram reconhecidos dentro do exercício de 2023.

Transação Estadual SP

Em abril de 2024, foi firmado parcelamento junto ao Estado de São Paulo com objetivo de regularizar as inscrições em Dívida Ativa constituídas em face das Companhias do Grupo Reunidas. Os pagamentos das 120 parcelas se iniciaram em 2024 e são lineares tendo como garantia imóveis alienados fiduciariamente.

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros e multas foram reconhecidos dentro do exercício de 2024.

Nota 18. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta, discriminado por modalidade tais operações com estas partes relacionadas:

	Controladora	
	31 de dezembro 2025	31 de dezembro 2024
Expresso Reunidas	1.159	1.134
Reunidas Transportes	6.677	11.110
Real Transporte e Turismo	3.210	3.041
Ativo não circulante	<u>11.046</u>	<u>15.285</u>
Reunidas Transportes Rod. Cargas S.A.	12.605	20.092
Passivo não circulante	<u>12.605</u>	<u>20.092</u>
Total líquido entre ativos e passivos	<u>(1.559)</u>	<u>(4.807)</u>

Contratos

As operações junto às empresas do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas Companhias estão suportadas por contratos, firmados por tempo indeterminado, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, a título de mútuo, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Companhia.

Sobre os referidos contratos incidem juros e encargos sobre o valor do principal.



Nota 19. Provisões para contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R\$ 15.670 na Controladora e R\$ 34.141 no Consolidado (R\$ 21.667 na Controladora e R\$ 38.951 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), abaixo demonstramos por processos:

Tipo da ação	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ações trabalhistas	1.591	5.961	1.709	6.411
Ações cíveis	11.592	20.105	16.531	22.794
Ações fiscais	2.487	8.075	3.427	9.746
	<u>15.670</u>	<u>34.141</u>	<u>21.667</u>	<u>38.951</u>

As ações classificadas como perdas possíveis, representam R\$ 559.891 na Controladora e R\$ 1.098.983 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025, para as quais não são requeridos os correspondentes registros contábeis como provisões para contingências, apenas divulgação em nota explicativa.

Nota 20. IR e CS Passivo diferido

	Controladora	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Passivo não circulante		
IRPJ Passivo diferido (A A patrimonial e reserva de reavaliação)	13.529	2.553
CSLL Passivo diferido (A A patrimonial e reserva de reavaliação)	4.871	919
IRPJ Passivo diferido (Propriedades p/ investimento)	0	6.430
CSLL Passivo diferido (Propriedades p/ investimento)	0	2.143
	<u>18.400</u>	<u>12.045</u>
	Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Passivo não circulante		
IRPJ Passivo diferido (A A patrimonial e reserva de reavaliação)	14.999	4.360
CSLL Passivo diferido (A A patrimonial e reserva de reavaliação)	5.400	1.569
IRPJ Passivo diferido (Propriedades p/ investimento)	116.015	123.369
CSLL Passivo diferido (Propriedades p/ investimento)	41.766	44.241
	<u>178.180</u>	<u>173.539</u>

IR e CS Passivo Diferidos incidentes sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos e a realização do IR e CS Diferidos sobre o custo atribuído do imobilizado são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no resultado do exercício, representando (R\$ 6.355) na Controladora e R\$ (10.146) no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 463, na Controladora e R\$ 197, no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).



Nota 21. Patrimônio líquido

O Capital Social integralizado em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 46.750, é composto de 7.600.000.000 (sete bilhões, seiscentos milhões) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais.

Nota 22. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receita operacional bruta</u>				
Receita de transporte de passageiros interestadual	0	0	0	12.104
Receita de transporte de passageiros internacional	0	0	0	3.706
Receita de transporte de passageiros intermunicipal	54.168	51.533	67.097	51.753
Receita de transporte de passageiros municipal	4	0	4	0
Transporte de cargas	1.452	1.422	176.366	172.737
Receita de fretamento e turismo internacional	0	0	16.017	14.546
Serviços interestadual	0	0	44.007	47.869
Serviços intermunicipal	0	0	19.357	18.905
Encomendas	0	0	217	38
<u>(-) Deduções</u>				
Impostos e contribuições	(7.007)	(5.805)	(53.064)	(50.248)
Devoluções e abatimentos	(4.349)	(4.043)	(12.766)	(12.242)
	<u>44.268</u>	<u>43.107</u>	<u>262.630</u>	<u>259.168</u>

Nota 23. Outros ganhos/(perdas) líquidos

Em 31 de dezembro de 2025, os valores representam R\$ 25.868, na Controladora e R\$ 53.382, no Consolidado (Em 31 de dezembro de 2024, os valores representam R\$ 23.995, na Controladora e R\$ 49.677, no Consolidado), sendo gerados, em sua grande maioria, pelos efeitos do ajuste ao valor justo sobre os imóveis considerados como Propriedades para Investimentos, assim como resultado da venda de ativo imobilizado.

Nota 24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
(+) Receitas financeiras				
Descontos obtidos (**)	20	8.050	65	8.126
Rendimento aplicação financeira	0	6	2	29
Juros ativos	71	32	271	1.576
Descontos obtidos - Transações tributárias (*)	258	11.209	2.284	68.756
Outras receitas financeiras	15	12	80	2.322
Total receitas financeiras	<u>364</u>	<u>19.309</u>	<u>2.702</u>	<u>80.809</u>
(-) Despesas financeiras				
Juros pagos	(27.442)	(19.217)	(82.217)	(58.369)
Despesas bancárias	(133)	(112)	(1.390)	(996)
IOF	(326)	(272)	(2.137)	(2.315)
Descontos concedidos	(32)	(29)	(1.542)	(1.702)
Outras despesas financeiras	(86)	(250)	(432)	(939)
Total despesas financeiras	<u>(28.019)</u>	<u>(19.880)</u>	<u>(87.718)</u>	<u>(64.321)</u>



(*) Em 2024 foi reconhecido ganho sobre o estorno de multas fiscais obtidos na consolidação do parcelamento junto ao Estado de São Paulo, enquanto que em 2023 o ganho estava vinculado a Transação Individual firmada junto a União.

(**) No decorrer de 2024 foi realizada a aquisição de precatórios federais sobre os quais foram auferidos ganhos vinculados a deságio.

Nota 25. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 26. Eventos subsequentes

Em 2026, a Companhia perdeu o parcelamento de impostos federais no montante de R\$ 14.821. Esforços estão sendo realizados para reverter a situação.